

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

INCLUSIVE EDUCATION: ANALYSIS OF THE PEDAGOGICAL PROJECT OF THE GEOGRAPHY COURSE AT THE STATE UNIVERSITY OF MONTES CLAROS

EDUCACIÓN INCLUSIVA: ANALIZANDO EL PROYECTO PEDAGÓGICO DEL CURSO DE GEOGRAFÍA DE LA UNIVERSIDAD ESTADAL DE MONTES CLAROS

Gabriel Valério de Souza Santos¹ <https://orcid.org/0009-0001-9673-402X>

Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha² <https://orcid.org/0000-0001-8223-2785>

Dulce Pereira dos Santos³ <https://orcid.org/0000-0003-4809-2824>

Rahyan de Carvalho Alves⁴ <https://orcid.org/0000-0001-7225-5959>

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, com foco na Educação Inclusiva. Para isso, utilizou-se como metodologia uma revisão bibliográfica sobre temas relacionados à Educação Inclusiva e à Formação de Professores, além da análise do PPC do curso de Geografia da Unimontes. Observou-se que apenas uma disciplina aborda explicitamente a Educação Inclusiva, que é Libras. Portanto, é evidente que o PPC precisa ser revisado, com ênfase na inclusão de mais disciplinas ou tópicos específicos que abordem de maneira objetiva e crítica a Educação Inclusiva. Isso é essencial para formar professores comprometidos com uma responsabilidade socioeducacional, respeitando os direitos humanos e promovendo a inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Currículo. Geografia. Unimontes.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the Pedagogical Project (PPC) of the Geography Degree Course at the State University of Montes Claros, with a focus on Inclusive Education. To this end, the methodology used was a literature review on topics related to Inclusive Education and Teacher Training, as well as an analysis of the PPC of the Geography course at Unimontes. It was observed that only one subject explicitly addresses Inclusive Education, which is Libras. Therefore, it is clear that the PPC needs to be revised, with an emphasis on including more subjects or specific topics that objectively and

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. E-mail: gabrielvaleriosouza@gmail.com

² Graduada em Geografia pela Unimontes. Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unimontes. E-mail: vanessatamiiris@gmail.com

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora na Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: dulce.santoss@unimontes.br

⁴ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor na Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: rahyan.alves@unimontes.br

critically address Inclusive Education. This is essential in order to train teachers who are committed to socio-educational responsibility, respecting human rights and promoting school inclusion.

Keywords: Inclusive education. Curriculum. Geography. Unimontes.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar el Proyecto Pedagógico de la Carrera (PPC) de Geografía de la Universidad Estadual de Montes Claros, con enfoque en la Educación Inclusiva. Para ello, la metodología utilizada fue una revisión bibliográfica sobre temas relacionados con la Educación Inclusiva y la Formación de Profesores, así como el análisis del PPC del curso de Geografía de Unimontes. Se observó que sólo una asignatura aborda explícitamente la Educación Inclusiva, que es Libras. Por lo tanto, es evidente que el PPC necesita ser revisado, con énfasis en la inclusión de más asignaturas o temas específicos que aborden objetiva y críticamente la Educación Inclusiva. Esto es fundamental para formar docentes comprometidos con la responsabilidad socioeducativa, el respeto a los derechos humanos y la promoción de la inclusión escolar.

Palabras clave: Educación inclusiva. Plan de estudios. Geografía. Unimontes.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a nova Política Nacional de Educação, com enfoque na Educação Inclusiva, garante o acesso ao ensino regular para alunos com diversas deficiências, incluindo deficiências mentais e físicas, transtornos globais do desenvolvimento, habilidades/superdotação, entre outras. Este princípio parte do entendimento de que alunos com e sem deficiência devem conviver e aprender juntos, desfazendo preconceitos e promovendo uma nova perspectiva sobre a coletividade, desde a educação infantil até o ensino superior. (Brasil, 2020).

Apesar de ser um direito dos estudantes, como mencionado anteriormente, as discussões sobre a inclusão de alunos com deficiências nas escolas de ensino fundamental e médio são relativamente recentes e pouco destacadas. Sua inserção e discussão são cruciais para que todos os indivíduos possam exercer seu direito ao acesso à educação. Seja por questões de deficiência mental e/ou física ou por inclusão social (étnico-racial, gênero, religião), a inclusão deve ser compreendida de maneira ampla, plural e diversa, desafiando paradigmas enraizados na história do país e na estrutura e funcionamento da educação.

Dessa forma, torna-se essencial a formação de educadores capazes de transformar a sala de aula em um ambiente de diálogo e ações propositivas, promovendo equidade e garantindo o processo de aprendizagem para todos os alunos. O professor desempenha o papel crucial de apoiar os alunos com deficiência para que estes avancem tanto intelectual quanto socialmente, superando expectativas e barreiras impostas, e usufruindo assim de seus direitos.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), com ênfase na Educação Inclusiva. Para isso, utilizou-se como metodologia uma revisão bibliográfica baseada em autores como Mantoan (2003), Andrade (2005), Bragança e Oliveira (2005), Vitalino (2010), Machado (2009), Oliveira e Porto (2010), Pereira (2013), entre outros, por meio da leitura de livros e artigos científicos disponíveis em bibliotecas virtuais, com descritores como educação inclusiva e formação de professores, além da análise do PPC do curso de Licenciatura em Geografia da Unimontes.

O trabalho foi desenvolvido em três etapas: a primeira concentrou-se em uma revisão bibliográfica sobre a formação do professor na perspectiva da Educação Inclusiva. A segunda etapa consistiu na análise do PPC do curso de Licenciatura em Geografia da Unimontes, apresentando sua estrutura curricular e investigando a presença de temas relacionados à Educação Inclusiva. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O debate sobre a formação de professores para a inclusão e adequada escolarização dos educandos com deficiência ganhou força na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, em 1990, e notoriedade com a Declaração de Salamanca, Espanha, em 1994. Desde então, discute-se as habilidades e competências que os docentes devem dominar para incluir alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Isso implica refletir sobre suas práticas de ensino e colaborar com colegas para construir abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas. (Brasil, 1997).

Assim, o professor desempenha um papel categórica na inclusão desses alunos. De acordo com Duek (2007), para garantir uma boa formação para o aluno, o docente também deve estar bem formado. O desafio de incluir todos os alunos no ensino regular está diretamente ligado a qualificação profissional dos professores que trabalham com esses alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), nº 9.394/96, estabelece a política de formação de professores para a inclusão escolar de educandos com deficiência, exigindo que os sistemas de ensino garantam não apenas docentes especializados para atender às necessidades dos alunos, mas também professores do ensino regular capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para esses discentes. (Brasil, 1996).

No entanto, mesmo após anos da promulgação desta Lei, muitos professores ainda se sentem despreparados para trabalhar com estudantes com deficiência. A formação docente continua sendo um desafio significativo para a inclusão educacional efetiva desses alunos, devido à falta de preparo e conhecimento. (Pimentel, 2012).

Para Machado (2009) e Oliveira e Porto (2010), a Educação Inclusiva é sobretudo uma questão de direitos humanos. A escola inclusiva é aquela que oferece educação de qualidade para todos, acolhendo os alunos com deficiência em uma pedagogia que valoriza e aceita as diferenças.

A inclusão escolar é o processo de acolhimento da diversidade e de adaptação do ensino para atender a todos os alunos (Mantoan, 2003). Andrade (2005) argumenta que os governos devem criar projetos e programas específicos para a Educação Inclusiva, apoiando uma rede de formação que envolva a gestão escolar, especialistas e toda a comunidade.

Desde 2003, o Governo Federal Brasileiro matricula alunos com deficiência em salas comuns de escolas públicas, acompanhados ou não por atendimento educacional especializado, com salas de recursos multifuncionais. O Decreto 6.571/2008 regulamenta o atendimento educacional especializado e altera as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para garantir recursos aos alunos matriculados em escolas públicas que recebem esse tipo de atendimento. A Resolução n.º 4 de 2009 estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial, determinando que os alunos sejam matriculados no ensino regular e no AEE, oferecido em salas de recursos multifuncionais ou centros especializados. (Brasil, 2009).

Nesse contexto, vale destacar que existe um conjunto de programas e ações que contribuem para a materialização da Educação Inclusiva, a saber: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade; Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial; Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado - voltado ao atendimento da formação continuada de professores, prioritariamente na modalidade à distância; Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) - que acompanha e monitora o acesso e a permanência dos alunos beneficiários do BPC nas escolas, até 18 anos; Escola Acessível - para adaptação arquitetônica das escolas e o Programa Incluir. (Brasil, 2009) (Rodrigues e Cia, 2014).

A inclusão escolar não se restringe aos alunos com deficiência. A mesma é para todos os alunos que em certo grau se sintam excluídos dos demais colegas, atividades ou

acessibilidades. De acordo com Mantoan (2003), integração não é o mesmo que inclusão, a inclusão é compreendida como um arranjo de operações que trabalham com as necessidades de cada aluno, individualmente, e que elabore soluções para essas implicações.

Devido ao avanço de políticas públicas conquistadas especialmente por lideranças de grupos reconhecidos como minorias sociais, aliado às tecnologias e a globalização - o contato com culturas, tradições, padrões (e suas desmistificações e/ou releituras) sociais -possibilitaram o entendimento daquilo/daquele tido como “diferente”.

Mantoan (2003, p. 12) denota que “[...] as diferenças físicas, intelectuais, culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada”. O contato de pessoas com mundos, ideias e realidades diversas é necessário e inevitável. É neste momento que a escola necessita de boa estrutura e corpo docente capacitado para quebrar estigmas, preconceitos e padrões socialmente postos, que leve o aluno a entender que o seu mundo/modo de pensar/agir deve ser (re)pensado a partir do coletivo. O ambiente escolar deve ser um lugar de (re)construções de hábitos, condutas e formas de ver o mundo (respeitando a construção cultural permeada pela família e por outras instituições), a partir das diversidades/realidades de cada indivíduo.

A qualificação profissional é essencial para o desenvolvimento e implantação da educação inclusiva, assim, após seu processo formativo, a atualidade requer do Professor uma reflexão e discussão quanto as suas ações. Pois, como denota Vitalino (2010, p. 42):

A tendência de formação de professores reflexivos é a mais adequada dentro da perspectiva da escola inclusiva, pois esta permite aos professores que se percebam como construtores e transformadores sociais ao passo que os modelos tecnológicos de formação de professores fazem com que eles se percebam apenas como transmissores da cultura estabelecida.

Considerando a dificuldade de qualificação técnica dos docentes no contexto da Educação Inclusiva, é evidente que a melhor forma de preparação do professor é no período de graduação (mesmo que este tenha que atualizar-se diariamente), uma vez que, nem todos os profissionais da área terão a chance de realizar uma especialização e/ou curso voltado a temática.

Mesmo que as discussões sobre Educação Inclusiva não recebam o devido destaque, na prática, as instituições ainda possuem muito a melhorar. Os cursos superiores, de tempos em tempos, modificam seus projetos políticos, mas ainda não contemplaram essa discussão com profundidade. Como ressalta Mantoan (2003), os cursos de licenciatura devem modificar seus


currículos, com o intuito de garantir profissionais que saibam práticas adequadas e que estejam atentos ao tempo-presente.

Mesmo havendo o direito constitucional ainda é difícil compreender o preparo dos professores para lidar com alunos com deficiências, tendo em vista que os cursos de licenciaturas, na maioria das vezes, não trabalham/abordam a Educação Inclusiva de forma explícita em suas disciplinas curriculares. Neste sentido, a seguir, analisamos como o curso de Licenciatura em Geografia da Unimontes trabalha tal questão, tendo como objeto de análise, o próprio PPC do curso.

O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com a proposta de Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia, de 2019, o curso oferece apenas uma disciplina voltada à Educação Inclusiva, a saber, Língua Brasileira de Sinais (Libras). Essa disciplina tem como objetivo discutir as legislações referentes à educação do surdo, abordando conteúdos essenciais para explicar os direitos e a inclusão destes nas escolas, conforme detalhado no Quadro 1 (Unimontes, 2019).

Quadro 1 - Disciplina que contempla a Educação Inclusiva no Curso de Licenciatura em Geografia

COMPONENTE CURRICULAR	Carga horária	
	Teórica	Prática
Libras		
Ementa 	36	0
EMENTA: Legislações referentes à educação do surdo, seus direitos e deveres. Decreto nº 5.626/05; Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Surdez, Língua e linguagem. Aspectos históricos, sociais e filosóficos da educação do aluno com surdez. Parâmetros fonológicos da Língua brasileira de sinais. Sinais contextualizados: datilologia (alfabeto manual), Sinais pessoais e nomes próprios, saudações, números, calendário, escola.		

Fonte - Unimontes, 2019.

Na ementa do componente curricular Libras, destaca-se o Decreto nº 5.626/05, que impõe às escolas e colégios a implementação de medidas para promover a permanência e a formação de alunos com problemas auditivos ou surdos (Unimontes, 2019).

A disciplina oferece compreensão básica de sinais e formas de comunicação, como o alfabeto e a datilologia, saudações, números e calendário, além de abordar questões culturais e de identidade surda. Libras é uma forma de comunicação que possibilita acessibilidade e inclusão de pessoas surdas ou com problemas auditivos na sociedade como um todo, sendo a segunda língua oficial do Brasil, mas ainda pouco conhecida fora da comunidade surda. A

disciplina de Libras possui grande importância na formação dos licenciados, pois não há educação sem comunicação, e Libras representa uma forma inclusiva de comunicação. Sua prática deveria ser aplicada ao longo de todo o curso, incentivada pelos docentes, e não restrita a um único período.

De acordo com Domanovski e Meyer (2016, p. 5):

A prática inclusiva do surdo no ensino regular só terá êxito se acontecerem mudanças na adequação e organização do trabalho pedagógico com envolvimento de todos e principalmente a escola oferecendo a seus pares o conhecimento em LIBRAS. Desse modo o aluno, além de ter garantido seus direitos, poderá desenvolver sua aprendizagem significativa. Visto que o verdadeiro interesse é atender as necessidades de todos os alunos.

A inclusão dos alunos com deficiência auditiva no ensino regular apresenta diferentes desafios tanto para os docentes quanto para a escola, destacando a necessidade de transformação do ambiente escolar para acolher esses alunos, proporcionando um aprendizado mais eficaz e facilitando a inclusão na sociedade. A aquisição da língua de sinais, tanto por ouvintes quanto por surdos, pode amenizar as barreiras enfrentadas pelos alunos nas interações sociais dentro da escola.

Observa-se que o curso de Geografia da Unimontes oferece a disciplina de Libras como uma oportunidade de inclusão escolar, mas surgem questionamentos, especialmente quanto à sua carga horária (36 horas). Libras é uma língua complexa e sua aprendizagem não ocorre de forma instantânea. A disciplina muitas vezes é excessivamente teórica, levantando a questão: "Será que os acadêmicos conseguem realizar atividades práticas com a comunidade surda, que utiliza Libras, para uma compreensão mais profunda e aplicação do conhecimento?" Essa questão é crucial ao discutir a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), pois raramente é exigido dos acadêmicos a prática de Libras na própria universidade, em apresentações de trabalhos, eventos, projetos, programas ou no Estágio Curricular Supervisionado (ECS).


Outra questão que merece destaque é o fato de que o curso de Geografia não oferece nenhuma disciplina optativa voltada para a Educação Inclusiva. Esta é uma situação lamentável, considerando que a implementação dessas disciplinas em outras universidades públicas já é uma realidade (Pereira, 2013). Portanto, é necessário que o curso revise e repense sua ementa curricular sob esta perspectiva.

Como a Geografia é uma ciência que também estuda as relações sociais, é esperado que as disciplinas que englobam o curso de formação de professores de Geografia apresentem conteúdos que, em certo grau de profundidade teórica e conceitual aplicados, compreendam a

importância do debate acadêmico, do estudo e projeção de questões com enfoque em pautas étnicas, raciais, de gênero, etc.

Na disciplina "Geografia da População", alguns conteúdos se conectam à Educação Inclusiva, mesmo que de forma indireta. Esses temas e conceitos são essenciais para formar professores capazes de mediar questões relacionadas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e novos padrões familiares (Quadro 2). Visto que, a ideia de inclusão não engloba apenas assuntos voltados a deficiência física ou demandas da neurodiversidade.

Quadro 2 - Disciplina que contribui para o ensino da Educação Inclusiva, indiretamente

COMPONENTE CURRICULAR	Carga horária	
	Teórica	Prática
Geografia da População		
Ementa 	54	18
EMENTA: Teorias populacionais e componentes da dinâmica demográfica. Transição demográfica. Dinâmica migratória e organização do espaço. Temas emergentes nos estudos populacionais (as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural). Novos padrões familiares e diversidades étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa. Geografia da População na escola.		

Fonte - Unimontes, 2019.

Podemos destacar a inclusão social na disciplina de Geografia da População em diversos aspectos. Ao estudar a população e sua diversidade sociocultural, é possível compreender a pluralidade e as diferenças entre as pessoas, baseando-se no relativismo cultural, gerações e modos de vida. Esses pontos são fundamentais para combater a intolerância, a exclusão social, a discriminação racial, o sexismo, a LGBTfobia, e promover os direitos das mulheres, entre outros.

A questão étnico-racial, por exemplo, é um tema crucial para discutir a inclusão escolar. Segundo Rodrigues (2014), o racismo na escola é uma das principais causas de evasão escolar entre as vítimas, sendo inadmissível que o professor e toda a comunidade escolar não estejam atentos a essa realidade.

As questões de gênero, novos padrões familiares e religião estão intrinsicamente ligadas à Educação Inclusiva. De acordo com Bragança e Oliveira (2005, p. 219), “[...] pode-se dizer que educação inclusiva é um processo que busca recolocar na rede de ensino, em todos os seus graus, as pessoas excluídas”, seja pela deficiência, distúrbios de aprendizagem, gênero, cor ou outros motivos.


Esta disciplina possibilita a leitura do espaço-mundo a partir de uma geofricidade que analisa os eventos que moldaram, de certa forma, as ações, identidades e pensamentos humanos, além de contemplar projeções sociais a partir do presente. Nesta perspectiva, é um privilégio da ciência geográfica estudar a população.

Muitos dos temas abordados são de difícil discussão nas escolas, como as questões religiosas. Conforme Gabatz (2012), o espaço escolar, na visão da Educação Inclusiva, pode ser um ambiente que contribui para a formação do aluno como indivíduo capaz de expressar-se e posicionar-se diante de diferentes assuntos. Este ambiente multicultural possibilita aos estudantes compreender e respeitar diversas tradições culturais, crenças, dogmas e religiões, e construir-se como cidadãos independentemente de suas particularidades.

Infelizmente, as intolerâncias mais frequentes estão relacionadas às religiões de matriz africana, e muitas vezes os professores não estão preparados para lidar com esse tema. Portanto, as práticas das disciplinas acadêmicas presentes na estrutura curricular do curso devem abordar esses assuntos e promover trabalhos de campo, mesas de discussão, palestras e outras metodologias de ensino que estimulem uma reflexão profunda sobre a formação da identidade religiosa no Brasil, contribuindo significativamente para a formação didática dos futuros professores do ensino básico.

Outra disciplina que contribui para a formação dos professores de Geografia, embora não tenha relação direta com a Educação Inclusiva, é a Geografia Cultural. Esta disciplina oferece conteúdos que enriquecem as discussões mencionadas anteriormente (Quadro 3).

Quadro 3 - Disciplina que contribui para a ensino da Educação Inclusiva, indiretamente

COMPONENTE CURRICULAR	Carga horária	
	Teórica	Prática
Geografia Cultural		
Ementa 	54	18
EMENTA: introdução da temática. A trajetória da Geografia Cultural. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. A dimensão espacial da cultura e os novos rumos da Geografia Cultural. Dimensões individuais e coletivas da cultura. As etnografias. Cultura e desenvolvimento. A história afro-brasileira e a compreensão dos processos de diversidade étnico-racial e étnico social na formação política, econômica e cultural do Brasil. A cultura no ensino da Geografia Escolar.		

Fonte - Unimontes, 2019.

Para promover a inclusão escolar de alunos com deficiência ou socialmente excluídos, é essencial superar os estigmas perpetuados pela sociedade (Ramos e Martins, 2017). O professor de Geografia deve compreender cada aluno e desenvolver soluções específicas para suas necessidades. É possível adaptar ou utilizar metodologias diferenciadas que tornem certas atividades geográficas mais acessíveis e produtivas. Por exemplo, podemos usar símbolos e

figuras para representar regiões em mapas cartográficos, avaliando o uso de cores, o que beneficia alunos daltônicos. Essa adaptação simples pode ser facilmente implementada no contexto real de ensino.

As estratégias criativas adotadas pelos professores não são novas; há muito tempo utilizam-se de pinturas, quadrinhos, músicas, filmes e jornais como ferramentas de apoio educacional. Embora não sejam inovações, são recursos que facilitam a inclusão escolar. Essas práticas têm o poder de transformar significativamente a vida dos estudantes.

Segundo Mantoan (2003, p. 31.):

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são, muitas vezes, a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Durante o processo formativo do acadêmico, é essencial que ele adquira autonomia para utilizar a criatividade e inovar o ensino, empregando ferramentas e técnicas que transformem a percepção dos alunos sobre a Geografia. As práticas escolares devem ser renovadas com metodologias que promovam o afeto e eliminem qualquer forma de discriminação.

Não é necessário aguardar a concretização das políticas para implementar práticas inclusivas (mesmo sabendo da necessidade dessas); devemos romper as barreiras cotidianas, dando voz e sentido ao papel docente, envolvendo-se no processo de aprender-fazendo, lutar-fazendo, e buscar constantemente melhorias para a classe docente e para os educandos (Batista; Lopes, 2021).

A Tabela 1, a seguir, apresenta a estrutura curricular do curso de Geografia da Unimontes na modalidade presencial.

Tabela 1 - Estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Geografia da Unimontes

Disciplinas	Teóricas	Práticas	
		PF/PA	Estágio
1º Período			
Cartografia Escolar	54	18	
Introdução à Geografia Escola	54	18	
Fundamentos da Ciência Geográfica	72		
Língua Portuguesa - produção e interpretação de textos	72		
Fundamentos de Geologia	54	18	
TOTAL h/a (50 min.)	306	54	
2º Período	-	-	-
Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)	72		

Cartografia Temática	54	18	
Métodos e Técnicas da Pesquisa em Geografia	54	18	
Climatologia	54	18	
<i>Geografia da População</i>	54	18	
TOTAL h/a (50 min.)	288	72	
3º Período	-	-	-
Filosofia	72		
Didática e metodologia de ensino	54	18	
Geomorfologia	54	18	
Histórica Econômica	72		
Geografia do Brasil - Centro Sul	54	18	
TOTAL h/a (50 min.)	306	54	
4º Período	-	-	-
Geografia Econômica	54	18	
Políticas públicas e organização da Educação Básica	72	0	
Geografia Agrária	54	18	
Geografia do Brasil: Nordeste	54	18	
Hidrografia	54	18	
TOTAL h/a (50 min.)	288	72	
5º Período	-	-	-
Orientação à Pesquisa em Geografia	72		
Biogeografia	54	18	
Geografia do Brasil: Amazônia	54	18	
Estágio Supervisionado em Geografia I	54	18	
Optativa I	72	0	
Estágio Supervisionado em Geografia escola campo I	-	-	120
TOTAL h/a (50 min.)	306	54	120
6º Período	-	-	-
Fundamentos da Psicologia Educacional	72		
Geoprocessamento	54	18	
Geografia Urbana	54	18	
Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II	54	18	
Optativa II	70		
Estágio Supervisionado em Geografia escola campo II	-	-	120
TOTAL h/a (50 min.)	306	54	120
7º Período	-	-	-
<i>Geografia Cultural</i>	54	18	
Geografia de Minas	54	18	
Regionalização do Espaço Mundial I	54	18	
Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III	54	18	
Optativa III	72		
Estágio Supervisionado em Geografia escola campo III	-	-	120
TOTAL h/a (50 min.)	288	72	120

8° Período	-	-	-
Geografia e Educação Ambiental	54	18	
TCC em Geografia	36		
<i>Libras</i>	36		
Optativa	36		
Regionalização do Espaço Mundial II	54	18	
Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV	54	18	
Optativa IV/ Eletiva	36		
Estágio Supervisionado em Geografia escola campo IV	-	-	120
TOTAL h/a (50 min.)	306	54	120

Fonte - Unimontes, 2019.

É importante destacar que a estrutura curricular apresentada é a mais atual, após uma recente atualização na proposta pedagógica do curso de Geografia Licenciatura. Ao analisar a ementa curricular, observa-se que as disciplinas "Políticas Públicas e Organização da Educação Básica", "Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I, II, III e IV" e "Estágio Curricular Supervisionado em Geografia Escola Campo I, II, III e IV" possuem um potencial significativo para abordar a questão da educação inclusiva no ambiente escolar. No entanto, essa abordagem não está explicitamente definida na ementa. Embora seja possível que o professor trate desse tema durante a disciplina, isso permanece como uma possibilidade hipotética, não um objetivo formalmente estabelecido.

No conjunto de disciplinas optativas apresentadas na Tabela 2, é evidente a ausência de qualquer disciplina com foco explícito na temática da Educação Inclusiva. Entretanto, na disciplina "Trabalhos de Campo no Ensino de Geografia", seria pertinente adotar um tópico específico voltado para essa área. Isso é crucial, pois um aluno com deficiência pode necessitar de atendimentos específicos para participar das atividades de campo com a turma. Outra disciplina a ser considerada é "Materiais Didáticos de Geografia na Educação Básica", que possui potencial para explorar o uso e adaptação de materiais didáticos para atender às necessidades de alunos com dificuldades particulares.

Tabela 2 - Disciplinas optativas do Curso de Licenciatura em Geografia da Unimontes

SEMESTRE	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
5°	Teoria da região e regionalização	72
	Geomorfologia Ambiental	72
	Geografia e Violência	72
	Trabalho de Campo no Ensino da Geografia	36
	Geografia das Redes	72

SEMESTRE	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
6°	Geografia do Turismo	72
	Geomorfologia Ambiental	72
7°	Geografia Política	72
	Pedologia das paisagens vegetacionais do Norte de Minas	72
	Materiais Didáticos de Geografia na Educação Básica	36
8°	Geografia do Norte de Minas	36
	Fitogeografia e apropriação do espaço no Norte de Minas	72
	Estratégias de valorização do meio local nas aulas de Geografia Física no Ensino Básico	36

Fonte - Unimontes, 2019.

A pesquisa não tem como principal objetivo analisar a inclusão presente no Projeto Pedagógico do Curso de Geografia na modalidade à distância. No entanto, é digno de reconhecimento que sua estrutura curricular difere substancialmente do curso presencial. Na modalidade à distância, além da disciplina "Língua Brasileira de Sinais", há também a disciplina "Fundamentos da Educação Especial", oferecida no quinto período da graduação. É relevante observar que essa comparação não deve ser utilizada como critério para afirmar a superioridade de uma modalidade em relação à outra. Trata-se, antes de mais nada, de uma observação que integra a análise abrangente da universidade e do curso em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os acadêmicos que concluíram a graduação sem ter tido contato com a Educação Inclusiva durante sua formação, é crucial buscar formação contínua e colaborar diretamente com especialistas nas escolas e nas secretarias de educação. Acredita-se que o fortalecimento da conscientização sobre a inclusão escolar será ampliado à medida que a sociedade compreender melhor a história das pessoas com deficiência e das minorias sociais excluídas. No entanto, considerando as dificuldades individuais que cada professor enfrenta para se qualificar ou se especializar, é fundamental refletir sobre as possibilidades de melhoria na formação docente ainda na universidade.

Esta pesquisa evidenciou que o curso presencial de Licenciatura em Geografia da Unimontes simplifica a abordagem da Educação Inclusiva, com apenas uma disciplina explicitamente direcionada para este tema, a saber, Libras. Outras disciplinas como Geografia da População e Geografia Cultural, embora relevantes, não se concentram diretamente na

Educação Inclusiva, mas contribuem para o desenvolvimento de profissionais da educação preocupados com a inclusão. Além disso, entre as disciplinas obrigatórias e optativas do curso, Políticas Públicas e Organização da Educação Básica, Trabalhos de Campo no Ensino de Geografia e Materiais Didáticos de Geografia na Educação Básica possuem potencial para abordar a Educação Inclusiva em suas ementas e devem ser reavaliadas pelos docentes e pelo colegiado do curso para eventuais adaptações.

Em relação às disciplinas Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I, II, III e IV e Estágio Curricular Supervisionado em Geografia Escola Campo I, II, III e IV, destaca-se que os docentes reorganizaram a estrutura do conteúdo, as bibliografias complementares e o funcionamento das disciplinas para atender à formação de professores de forma mais inclusiva e consistente. Além disso, o mesmo grupo de professores que ministra as duas disciplinas mencionadas anteriormente elaborou a proposta da disciplina intitulada: Fundamentos da Educação Inclusiva no Contexto da Geografia Escolar, a qual será avaliada pelo colegiado do curso em busca de aprovação.

Assim, com base nas discussões e reflexões desenvolvidas neste estudo, espera-se que os resultados possam inspirar os futuros docentes e coordenadores de cursos a adaptar suas estruturas curriculares, incorporando disciplinas específicas voltadas para a Educação Inclusiva ou incluindo tópicos específicos nas disciplinas já existentes, como aquelas mencionadas.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Simone Girardi. **Ação docente, formação continuada e inclusão escolar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

BATISTA, Thatiane Marques; LOPES, Rayssa Cyntia Baracho. A importância do professor na Educação Inclusiva. **Revista Faculdade Famen**, v. 2, n. 3, p. 91-103, 2021.

BRAGANÇA, Maria das Graças Viana; DE OLIVEIRA, Zélia Maria Freire. Educação inclusiva: significado e realidade. **Linhas críticas**, v. 11, n. 21, p. 217-288, 2005.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

_____. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. PNEE. Brasília; MEC, 2020.

DOMANOVSKI, Marilene; MEYER, Vassão Adriane. A importância das libras para inclusão escolar do surdo. **Cadernos PDE do Estado no Paraná**, v. 1, p. 1-16, 2016.

DUEK, Viviane Preichardt. **Professores diante da inclusão: Superando desafios**. Londrina: UEL, 2007.

GABATZ, Celso. Diversidade cultural e religiosa e os desafios para uma educação inclusiva. In: Congresso Internacional das Faculdades EST, 3, 2016, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: EST, 2012. p. 50-63. Disponível em: <<http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MACHADO, Rosângela. **Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e Práticas**. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Márcia Denise.; PORTO, Marcelo Duarte. **Educação Inclusiva: concepções e práticas nas perspectivas de professores**. Brasília: Aplicada, 2010.

PEREIRA, Osmar Roberto. Alunos surdos, Intérpretes de libras e professores: Atores em contato na universidade. **Cadernos de Educação**, v. 12, n. 24, p. 73-96, 2013.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador, EDUFBA, 2012. p. 139-155.

RAMOS, Ana Carolina; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski. O ensino de geografia na perspectiva da educação inclusiva. **Geosaberes - Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 8, n. 15, p. 120-130, 2017.

RODRIGUES, Roberta Karoline; CIA, Fabiana. As relações do professor de salas de recursos multifuncionais pré-escolar: a escola, o professor da classe comum e as instituições especializadas. **Práxis Educacional**, v. 10, n. 16, p. 81-103, 2014.

RODRIGUES, João Batista. **Racismo e evasão escolar**. 2014. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

UNIMONTES. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros**. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Montes Claros, Minas Gerais, 2019.

VITALINO, Célia Regina. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Eduel, 2010.

Artigo recebido em: 05 de abril de 2024.

Artigo aceito em: 23 de agosto.

Artigo publicado em: 13 de setembro de 2024.